

## A GRAMÁTICA E SUAS INTERFACES

Maria Helena de Moura NEVES<sup>1</sup>

- RESUMO: Com base na noção de gramática como cálculo de produção de sentido, o texto discute as interfaces estabelecidas pelo acionamento da gramática de uma língua, considerada bem comum de uma comunidade. A discussão parte da interface entre gramática e política lingüística (configuração de território, com foco na identidade lingüística) para chegar à interface entre gramática e ação escolar (configuração de decisões, com foco no uso lingüístico), ficando envolvidas as interfaces da gramática com a poética (vivência privilegiada), com a descrição lingüística (reflexão privilegiada) e com a variabilidade lingüística (formação de padrões). O fato de eleição para exame, nesse percurso, é a gramaticalização, que evidencia a relação entre funcionamento lingüístico e sistema gramatical.
- PALAVRAS-CHAVE: Gramática; política lingüística; poética; metalingüística; variação; ação escolar.

### Introdução

Neste número comemorativo da Revista ALFA, periódico especializado de grande importância na história da Lingüística no Brasil, e de particular relevância na trajetória de cada um dos cultores dos estudos de língua e linguagem brasileiros – professores ou alunos, unespianos ou não –, considero oportuno refletir exatamente sobre aspectos da constituição da minha experiência nessa área. Por isso, este texto constitui uma recolha de proposições que tenho defendido em meu trabalho com língua e linguagem, e que têm sustentado as ações práticas que desenvolvo nesse campo.

Invoco um dos motes que perenemente orientam minha consciência da língua materna, que considero definir meus valores e minhas crenças:

*Meu país, esta parte de mim fora de mim  
constantemente a procurar-me. Se o esqueço*

---

<sup>1</sup> UNESP – Faculdade de Ciências e Letras – Departamento de Lingüística – 14800-901 – Araraquara – SP – Brasil.  
UPM – Centro de Comunicação e Letras – Pós-Graduação em Letras. Endereço eletrônico: mhmneves@uol.com.br

*(e esqueço tantas vezes)  
volta  
em cor, em paisagem  
na polpa da goiaba na abertura  
de vogais  
no jogo divertido de esses e erres  
e sinto  
que sou mineiro carioca amazonense  
coleção de mins entrelaçados*

(Drummond, em *Canto brasileiro*)

O que Drummond está me dizendo é que em meu país estão minhas faces e minhas contrafaces. Mais que isso, que em minha língua estão minhas faces, minhas contrafaces e minhas interfaces, e que é exatamente por aí que eu sou quem sou.

Sentindo o peso do que representa para o profissional da linguagem lidar com essa complexidade que o poeta me faz ver, empreendo aqui algumas reflexões sobre as interfaces que, ao mesmo tempo que complicam, ajudam a explicar o que, numa comunidade – mesmo que “tantas vezes” isso passe despercebido –, representa a língua de cada dia de cada um, que é a mesma língua de todos os dias de todos. E a representa, sejam quais forem as variações dessa língua, segundo os diferentes indivíduos, os diferentes momentos, os diferentes espaços.

Acaba toda a poesia se, para falar sobre a dificuldade de lidar com essa complexidade, eu invocar o fato de que estão sem resolução muitas questões que se ligam à própria inserção sociocultural das línguas naturais. Mas é o que tem de ser feito. A proposição de interfaces e sua discussão, a que passo agora, vai montar um quadro de relações que constituem desafios que o espírito humano talvez nunca consiga equacionar satisfatoriamente, o que nem chega a ser desanimador, já que apenas sacramenta a idéia de que cada membro de uma comunidade (lembrando que toda comunidade é falante) é um entrelaçamento de mins, no entrelaçamento de marcas da sua língua, que é o entrelaçamento de espaços dessa mesma e cambiante língua.

Na discussão, estabeleço como esteio da língua, como sua definição primeira, a sua GRAMÁTICA, aquele aparato que leva ao cálculo de sentido na linguagem, e que organiza todo o entrelaçamento das relações que a sociocomunicação estabelece sustentado pela cognição. É neste ponto que considero oportuno meditar sobre esta frase aparentemente tão simples do semanticista Gennaro Chierchia:

*Não há dúvidas de que para conhecer o significado de uma palavra é preciso enfronhar-se na história da comunidade que a usa.  
(CHIERCHIA, 2003, p.44)*

## O complexo das interfaces

*O emblema principal, ou distintivo, de uma comunidade é sua língua. (CRYSTAL, 2004, p.70)*

Falo aqui das interfaces que emergem no efetivo exercício da atividade lingüística, e dirijo as reflexões mais especificamente para uma avaliação do uso lingüístico que não perca de vista as inter-relações, as pressões e os condicionamentos a que está sujeita essa atividade, vista nas suas diferentes destinações funcionais.

São direções centrais, nas reflexões, a consideração de que pelo uso se chega ao sistema, e pelo significado se chega à forma. As entidades **linguagem** e **língua** estão na base das postulações, a primeira, pela variedade de propósitos a que serve, e a segunda, pela unidade que, assentada na diversidade, a identifica.

Fixemos como primeira interface a ser considerada a que existe entre GRAMÁTICA e POLÍTICA LINGÜÍSTICA. Primeira, porque é essa interface que, com foco na identidade lingüística, faz a **configuração de território** e constitui o **ponto de partida** para todo o complexo de reflexões que vão compor uma investigação das interfaces, no estudo gramatical da língua em uso, meu objetivo.

Fixemos, por outro lado, como interface derradeira no complexo, aquela que existe entre GRAMÁTICA e AÇÃO ESCOLAR no campo da língua materna. Coloco-a exatamente na outra ponta, porque nela está, com foco no uso lingüístico, o **ponto de chegada** das reflexões e a **configuração de decisões**.

Situadas entre essas duas interfaces que emolduram o estudo estão outras duas, a que se dá entre GRAMÁTICA e POÉTICA e a que se dá entre GRAMÁTICA e DESCRIÇÃO LINGÜÍSTICA, as quais confrontam, exercitam e avaliam parâmetros de procedimento, na condução das reflexões, e sobre as quais se exercita uma operação metadescritiva de análise e crítica orientada.

Finalmente, na concretização da proposta, na lida prática com o complexo, quem se aventurar vai ao exame da interface entre GRAMÁTICA e VARIAÇÃO / MUDANÇA, que, em contínuo, se afunila e se operacionaliza no exame da entranhada ligação entre GRAMÁTICA e GRAMATICALIZAÇÃO. Este é um processo chave que continuamente altera o recorte de campo das entidades de conteúdo e de expressão da língua, um processo que ilustra significativamente a relação entre funcionamento lingüístico e sistema gramatical, deixando ver o caminho que vai do uso lingüístico ao sistema da língua, na direção do significado para a forma.

A partir da banal mas fulcral indicação, cara ao Funcionalismo de todas as facetas, de que a linguagem serve a uma variedade de propósitos – e, por isso mesmo, nos seus esses e erres ela entrelaça os mins de todas as horas – eu

reafirmo a opção por uma posição funcionalista de análise, considerando que essa proposta teórico-metodológica permite o reconhecimento e o estudo das diversas interfaces, prestando-se, inclusive, ao diálogo com outras consistentes propostas teóricas de análise linguística (por exemplo, a teoria variacionista), ou, mesmo, com campos de reflexão e estudo que vêm sendo fecundamente desenvolvidos sem explicitamente buscarem uma filiação teórica (por exemplo, os estudos da Linguística do texto). Considero, ainda, que as propostas funcionalistas são especialmente produtivas na condução do trabalho escolar com a organização gramatical do discurso,<sup>2</sup> visto que a finalidade última desse trabalho há de ser a compreensão do funcionamento linguístico e a apreensão dos processos que nele se acionam. Assim, pois, em fidelidade à minha preocupação sempre renovada com uma destinação escolar das reflexões e conclusões dos estudos acadêmicos sobre língua e linguagem,<sup>3</sup> reafirmo, nesta incursão, a opção por um direcionamento funcionalista de estudo, o qual permite sustentar uma condução prática (funcional) das análises e favorece abrigar a consideração da POLÍTICA LINGÜÍSTICA no tratamento escolar da língua materna.

A representação dessas inter-relações está no organograma apresentado a seguir.

---

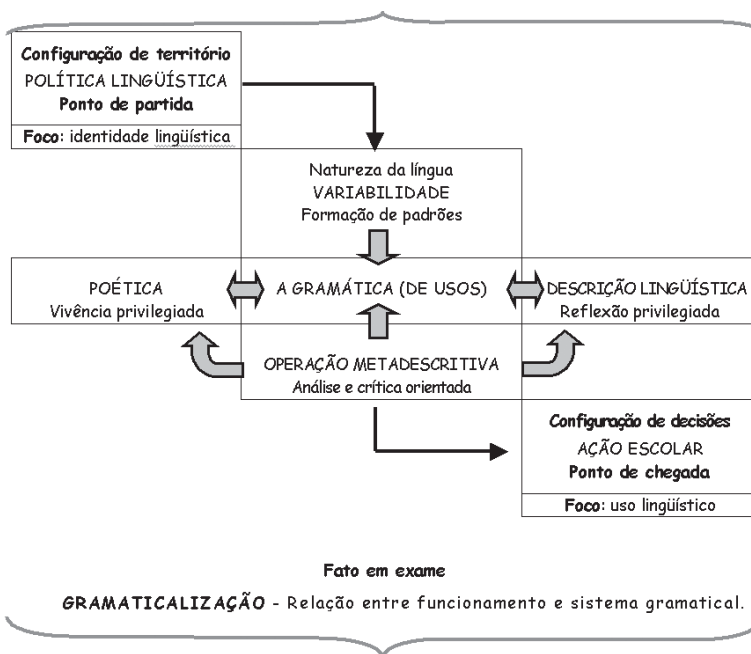
<sup>2</sup> Venho defendendo esse ponto de vista em diversos estudos (NEVES, 1994, 1996b, 1997, 1998a, 1998c, 1999b, 1999c, 2000a, 2000b, 2000d, 2002a, 2004a, 2004b, 2006b, entre outros).

<sup>3</sup> Tenho tratado insistentemente dessa questão (NEVES, 1991, 1993, 1996a, 2000c, 2001b, 2002b, 2002c, 2002d, 2003a, 2003b, 2005a, 2005b, 2005c, 2006a, Neves; Andrade, 2001, entre outros).

## TEMA - A LÍNGUA EM USO E SUAS INTERFACES

### Postulados

1. A LINGUAGEM serve a uma variedade de propósitos.
2. A LÍNGUA identifica-se pela unidade na diversidade.



#### Pontos Centrais

1. O USO para chegar ao SISTEMA.
2. O SIGNIFICADO para chegar à FORMA

### *Gramática e política lingüística: a configuração de território*

– *Mostrengo ou monstrengo, vovó? – quis saber Pedrinho. Vejo esta palavra escrita de dois jeitos.*

– *Os gramáticos querem que seja mostrengo – coisa de mostrar: mas o povo acha melhor monstrengo – coisa monstruosa, e vai mudando. Por mais que os gramáticos insistam na forma “mostrengo”, o povo diz “monstrengo”.*

– *E quem vai ganhar essa corrida, vovó?*

– *Está claro que o povo, meu filho. Os gramáticos acabarão se cansando de insistir no “mostrengo” e se resignarão ao “monstrengo”.*

(Monteiro Lobato, *Fábulas*)

Seja o orgulho comunitariamente genético de ser falante da “língua de Camões”, seja o orgulho nacionalmente histórico de cultivar “a última flor do Lácio”, seja o simples e natural bem-estar de falar e ouvir a sintaxe que regeu nossas primeiras frases, qualquer desses sentimentos assegura a força de irmanação representada pela identidade lingüística de cidadãos de uma mesma língua em qualquer espaço geográfico e em qualquer Pátria.

Estamos no Brasil mas falamos o “português”, e como língua legitimamente nossa, como em todos os campos é de alguém, inalienavelmente, tudo o que lhe tenha sido herança. Já foi tentada a denominação “língua brasileira”<sup>4</sup> para a nossa língua, mas sempre – e até meritoriamente – a ação surgiu como clamor de afirmação nacionalista, e, mais ainda, como lampejo de genialidade poética, eivada de espírito romântico, libertário, iconoclasta.<sup>5</sup>

É evidente que o português europeu soa bem diferente do nosso – por vezes até nem o entendemos muito bem – e, quanto ao português de outros continentes, pouco ou nada conhecemos: se o ouvimos, e temos ouvidos preparados para tal, sentimos nele o acento de fala da terra portuguesa, que é a fala que realmente constitui a sua fonte. Nada disso, entretanto, nunca terá podido nos fazer pensar que Portugal e Brasil falam línguas diferentes. Pelo contrário, afora o “sotaque”, há uma sensação natural de identidade lingüística entre o “português” de lá e o “português” de cá, identidade que automaticamente se reveste do peso de uma comunidade de raízes e de valores que nem a mais acentuada e perceptível diversidade de cultura, de prosódia e de tesouro lexical pode perturbar.<sup>6</sup> Iniciativas

---

<sup>4</sup> Lembre-se, em primeiro lugar, a expressão “idiome brésilien”, usada pelo Visconde de Pedra Branca em 1824, expressão que, segundo Pinto (1978, p.xv), não traria uma implicação de compromisso ideológico ou conotação nacionalista. Já no século XX, lembre-se a “cademeta” de Mário de Andrade intitulada *Língua Brasileira* (PINTO, 1990, p.23) e também o poema, do mesmo nome, de Menotti del Picchia, que termina com esta invocação: “E assim nasceste, ágil, acrobática, sonora, rica e fidalga, ó minha língua brasileira!” (PICCHIA, 1958, p.136).

<sup>5</sup> Está em Pinto (1980, p.27): “A defesa da língua brasileira avultou, como se sabe, principalmente em dois momentos, correspondentes, ‘grosso modo’, ao Romantismo e ao Modernismo, em literatura, quando a língua era bandeira de indisciplina em face das rígidas prescrições gramaticais; e de nacionalismo, em face da necessidade de auto-afirmação política do país.” Houaiss (1980, p.57) refere-se a um “interregno de ‘abrasileiramento’ do romantismo”, no meio da contínua busca de ajuste aos padrões portugueses, sustentado, no Brasil, pela “língua escrita para fins artísticos, e mesmo científicos e universalistas”, até pela razão de cultivarmos a consciência de que os portugueses são “os proprietários da língua”, “cabendo a eles sóis ditar o que fazer com essa coisa sua deles”. Se a referência mais freqüente no Modernismo é Mário de Andrade, a referência infalível, no Romantismo, é José de Alencar, que, no prefácio dos *Sonhos d’Ouro*, afirma: “Não alcançarão jamais que eu escreva neste meu Brasil coisa que pareça vinda em conserva lá da outra banda, como fruta que nos mandam em lata”. Leão (1980, p.85) fala do “constante ideal de nacionalização da língua literária” de Alencar, que reivindicava “o direito do escritor de influir na evolução da língua” e prognosticava o nascimento da língua brasileira, que “haveria de sair da portuguesa como esta saíra da latina”. Outros românticos, como diz Leão (1980, p.87), o que fizeram foi “incorporar na língua literária traços típicos da língua oral”.

<sup>6</sup> Leia-se Pinto (1980, p.33): “Descartado um ou outro retardatário desinformado, já ninguém põe em dúvida o fato de que a nossa é uma variante da língua portuguesa, uma nova norma, resultante de um prolongado uso, por parte de uma comunidade específica, que já firmou suas tradições lingüísticas”.

como a do projeto apresentado em 1935 à Câmara Municipal do Distrito Federal, determinando que a disciplina escolar “língua pátria” passasse a denominar-se “língua brasileira”, não respeitam a verdade dos fatos. Nada mais exato do que a frase de Antenor Nascentes proferida durante uma entrevista, na ocasião: “O mesmo motivo que há para criar uma ‘língua brasileira’ atualmente, haveria para criar uma algarvia, uma paulista, uma paraense” (NASCENTES, 2003, p.315).<sup>7</sup>

Digamos que é essa uma opção política natural e comunitária, que nenhum falante comum sequer imagina que seja necessário explicar, mas que teóricos já têm qualificado como “instrumento de coesão entre povos” e “afirmação política e econômica num contexto envolvente transnacional” (MATEUS, 2002b, p.279). Entende-se, simplesmente, que se manifestam “feições” de uma mesma língua (FIORIN, 2006, p.45), as quais, afinal, nada mais são do que formas de “manifestar diferença” (MATEUS, 2002a, p.42) no espaço comum de uma língua, mais especificamente no espaço comum de uma gramática. Um brasileiro pode não entender exatamente a recomendação dada numa tabuleta como a que encontrei no banheiro de um hotel de Lisboa: “Não deite o penso na sanita.”. Ele pode não conhecer o significado de nenhuma das três palavras lexicais dessa frase, mas nunca terá a sensação de que se trata de frase de uma língua estrangeira. E de modo algum, ele passará a pensar, a partir do episódio, que corre o risco de não ser entendido ao sair pela porta do hotel. A sensação de identidade lingüística, assegurada pela gramática, persistirá, ainda, na sensação de um compartilhamento de espaço que prescinde da geografia, e se assegura num valor simbólico e político (FIORIN, 2006, p.25), de peso no comportamento social.

Afinal, como ensina Herder (apud BERRINI, 2002, p.34), “a língua é não só um instrumento, mas também um depósito (da experiência e do saber das gerações passadas) e uma forma de pensamento”.

A interface entre GRAMÁTICA e POLÍTICA LINGÜÍSTICA implica categorias como dominação lingüística e dominação cultural, sempre refletidas e sempre presentes nos discursos de que se revestem as atividades culturais e políticas, dos quais proponho como ótimos exemplos para exame e avaliação: (i) a criação literária e o discurso sobre ela; (ii) a produção de estudos (meta)lingüísticos (gramáticas, dicionários, ensaios, tratados) bem como sua análise e crítica; (iii) a proposição de ações escolares ligadas à língua materna.

---

<sup>7</sup> Nascentes (2003, p.310-316) conta que o executivo vetou o projeto (veto rejeitado pela Câmara), iniciando seu texto com a frase “O projeto fere a verdade científica”, que ele endossa. Conta, também, que a seguir projeto do mesmo teor foi apresentado à Câmara dos Deputados, mas, chegando o 10 de novembro de 1937, o processo de exame do processo foi suspenso.

*Não se pode, é claro, dar ao idioma uma função isolada ou uma importância tão grande que, por si só, explique a nacionalidade. Entretanto, é bom não esquecer que da língua advém uma forma literária e, para muitos dos países-nações, a literatura é indiscutivelmente um fator de identificação muito poderoso. (SOUZA, 2001, p.49)*

A literatura já entra, como se vê, nas primeiras considerações deste texto. Com efeito, há relações essenciais, fundadoras, entre a gramática (ou seja, o arranjo lexicogramatical para produção de sentido) e a poesia (ou seja, a criação de significados naquela esfera meio impalpável que se tem chamado de “literatura”). Na verdade, se **poesia** é um fazer lingüístico,<sup>8</sup> no reverso se pode afirmar que é a língua (a sua “gramática”) que faz poesia. O que digo é que há GRAMÁTICA na POÉTICA, e que disso também se pode – e legitimamente – fazer corpo de doutrina, porque uma reflexão sobre tal fato é exatamente o que nos há de fazer compreender a literatura como “criação”, como coisa de “poeta”. O poeta é aquele que “faz” as peças que, na hora da leitura descomprometida e recriadora, fruímos, mas que, também, na hora da atividade escolar engajada, podemos explorar refletidamente, na busca de características que caibam num padrão de organização já preparado pela teoria da literatura, isto é, na busca de confirmação de um conjunto de características que a história da literatura (e da cultura) mostra que será encontrável nesse campo de exploração.

Essa é, afinal, uma afirmação da importância do exercício da operação metalingüística, tão natural no homem quanto a operação lingüística, aquela que se faz sobre os demais objetos de referência. Tome-se exatamente como exemplo o processo de referenciação – um processo básico de constituição dos enunciados –, o qual se cria no próprio discurso, em ligação com o mundo de eventos e estados nele construído (a partir dos propósitos do enunciatador), mas que os artistas da palavra, os “poetas”, constroem a partir de uma “realidade” que eles mesmos criam. Como se afirma em Neves e Junqueira (2004, p.4), é um axioma dizer que a linguagem se tece sobre a instauração de referentes, mas é notável o fato de que o poeta, que se distancia do mundo real, ou, ainda mais que isso, não precisa do mundo real – porque é senhor do *poiéo* –, instaura o próprio mundo, e cria, ele próprio, a referência que há de verbalizar. De fato não há como, nem por quê, desmentir Bandeira (que me desculpará os grifos):

*Andei onde deu o vento  
Onde foi meu pensamento*

<sup>8</sup> **Poesia** liga-se ao verbo grego *poiéo*: “fazer”, “criar”. **Poeta** (grego: *poietés*), no seu sentido etimológico – e, na verdade, real –, é um “fazedor”, um “criador”. É quem faz a linguagem, e por excelência é quem faz criação literária. Nenhuma ligação necessária com composição em versos fica sugerida.



Em sítios que nunca viste  
De um país que não existe.  
(Opus 10)

*Vi terras da minha terra  
Por outras terras andei  
Mas o que ficou marcado  
No meu olhar fatigado  
Foram terras que inventei.*  
(Lira dos cinquent' anos)

O poeta compõe o mais revelador relicário e mostuário da língua que usamos: ao mesmo tempo que, da vida, ele tudo sente, da língua nada lhe foge do que possa ser sua ferramenta de obreiro da expressão. É assim que sua arte vai buscar, não apenas na riqueza do tesouro vocabular mas principalmente na multiplicidade dos arranjos gramaticais, o dizer que sentiremos como nosso, no mais profundo dos compartilhamentos, que é o da vivência “poética”, “fazedora” de vida:

*O poeta é um reciclador  
Das palavras de todo dia  
Do verbo de toda hora  
Que usa e bota fora.  
Separa o descartável  
Do reaproveitável  
E o belo da bobagem.  
A poesia  
É o lixo limpo  
Da linguagem.*  
(Veríssimo, *Limpeza pública*)

### *Gramática e descrição lingüística*

*Vimos como um saber de tipo gramatical podia nascer da prática textual na base de uma prática da escrita. Se esses elementos desempenham um papel, não são necessariamente decisivos. O reconhecimento das unidades se prende freqüentemente a outras práticas e a outros saberes sociais. (AUROUX, 1992, p.26)*

Já fica claro que ressalta, na interface entre GRAMÁTICA e POÉTICA – mas não apenas aí, como se verá –, a interface entre GRAMÁTICA e DESCRIÇÃO LINGÜÍSTICA, em que se inclui privilegiadamente a Lingüística do texto. Uma análise funcionalista faz, acima de tudo, a interpretação dos textos, que são considerados as unidades de uso – portanto discursivo-interativas –, embora, obviamente, ela vá à interpretação dos elementos que compõem as estruturas da língua (tendo

em vista suas funções dentro de todo o sistema lingüístico) e à interpretação do sistema (tendo em vista os componentes funcionais). Como está em Neves (1997), em referência às propostas do funcionalista Givón (1984), o homem se expressa por discursos multiproposicionais, e a análise busca observar a concatenação das proposições, mas o que se põe sob observação é não apenas o modo como se dá essa concatenação “mas também as regras textuais a que as proposições devem ser submetidas para que não haja quebra da estrutura temática e para que haja coesão e coerência na composição lingüística” (GIVÓN, 1984, p.25).

Afinal, sobre a Lingüística do texto é necessário dizer que uma investigação que incorpora aos elementos formulativos – enunciados lingüísticos – as unidades temáticas, ou seja, uma investigação que inclui as unidades do fluxo de informação apanha confortavelmente o que está disponível no aparato teórico funcionalista. Não é à toa que o desenvolvimento pioneiro do estudo da coesão textual (HALLIDAY; HASAN, 1976) – que não deixa de prover ingredientes como o registro, por exemplo – é de um funcionalista, Halliday, o criador da gramática sistêmico-funcional.<sup>9</sup>

### *Gramática e variabilidade lingüística*

*A língua move-se ao longo do tempo numa corrente que ela mesma constrói. Tem um curso...* (SAPIR, 1921, p.150-171, apud ULMANN, 1973, p.401)

Reconheço que, se nos fixarmos na categoria “objeto de análise”, fica mais difícil invocar uma ligação especial do Funcionalismo – mais que do Formalismo – com a consideração da variabilidade das línguas. Os estudos especializadamente variacionistas – sociolingüísticos –, embora fiquem no pólo oposto da preocupação com pura competência e considerem a linguagem um fato social, centram-se no estudo das estruturas, e, afinal, não se fixam no valor comunicativo das ocorrências, já que as variantes, por definição, são funcionalmente correspondentes (nada mais que manifestações regulares da natural heterogeneidade da linguagem), distinguindo-se basicamente pela representatividade social, a que automaticamente se acrescentam efeitos do tipo “estilístico”.<sup>10</sup> Labov (1987, p.313-314, apud CAMACHO, 2003, p.62) declara-se

<sup>9</sup> Diz Halliday (1985) que uma teoria sistêmica é uma teoria de significado como escolha, pela qual a língua, ou qualquer outro sistema semiótico, é interpretada como redes de opções: “ou isto, ou aquilo, ou o outro”, e assim por diante.

<sup>10</sup> A própria proposta de Chomsky de colocação da competência, completamente desvinculada do desempenho, como objeto de análise, ficando constituída uma reserva de domínio ligada a princípios gerais, já implica a afirmação de que, no uso lingüístico, há variação, e, do mesmo modo, a postulação chomskiana de um falante/ouvinte ideal, presa ao domínio da competência, está longe de significar a consideração de homogeneidade no uso lingüístico.

“cada vez mais desconfiado de argumentos funcionais”, e exatamente porque “a hipótese funcional prevê uma tendência do falante em selecionar uma variante ou outra de modo a preservar informação” (CAMACHO, 2003, p.62). Entretanto, cabe contra-argumentar no sentido de que, se a variação se manifesta no uso, ela resulta, de fato, de uma escolha do falante (não importa se no abrigo das “regras” que o sistema oferece), e é impossível não pensar na obtenção de efeitos comunicativos (não importa se sob condicionamento sociocultural, ou, até, por isso mesmo), sendo, portanto, absolutamente relevante buscar a interface entre uma GRAMÁTICA (de usos) e a VARIABILIDADE LINGÜÍSTICA (variação a que se alia mudança).

### *Gramática e gramaticalização*

*A língua transmite-se de um modo “descontínuo” de uma geração para outra.* (ULMANN, 1973, p.402, citando MEILLET, 1948)

E aí se chega à ligação entranhada entre GRAMÁTICA e GRAMATICALIZAÇÃO. Esse é um processo que tem encontrado abrigo privilegiado no Funcionalismo, e exatamente porque reflete a relação entre o sistema gramatical e o funcionamento discursivo, ou seja, porque se explica pela interação entre as motivações internas e as motivações externas ao sistema. A tal ponto isso ocorre que se tem chegado a postular que a GRAMATICALIZAÇÃO constitui um fator de equilíbrio entre tais forças em competição, equilíbrio que, afinal, permite a própria existência da gramática (DU BOIS, 1985). É um processo que se assenta em bases cognitivas, sobre o pressuposto de que a atividade do discurso pressiona o sistema, chegando a reorganizar o quadro das estruturas lingüísticas, embora dentro de regularidades previsíveis. Por isso, GRAMATICALIZAÇÃO é processo de eleição para ilustrar a operacionalização do exame do funcionamento lingüístico que aqui proponho.<sup>11</sup>

Fica colocado na base das reflexões sobre os usos, e do reconhecimento da existência de processos acomodativos na vida da língua (entre os quais a GRAMATICALIZAÇÃO), um conjunto de assunções funcionalistas como a multifuncionalidade da linguagem (PRIDEAUX, 1987), a não-autonomia da língua (e da gramática) (GIVÓN, 1995), a relatividade do valor das formas lingüísticas (HALLIDAY, 1985), a não-arbitrariedade da relação entre o funcional e o estrutural, na língua (MACKENZIE, 1992), a capacidade que tem o falante de proceder a escolhas que tem o falante, e a propriedade que tem a gramática de organizar as seleções simultâneas do falante (HALLIDAY, 1973, 1985), a susceptibilidade da gramática às pressões do uso (DU BOIS, 1993), ou seja, às determinações discursivas (GIVÓN, 1979), a resolução da gramática no equilíbrio entre forças

<sup>11</sup> Tenho tratado esse tema em diversos estudos (Neves, 1998b, 1999a, 2001a, 2002a, 2006b, Neves; Braga, 1998).

internas e forças externas ao sistema (DU BOIS, 1985), tudo governado pela integração, na gramática, dos componentes sintático, semântico e pragmático (DIK, 1978, 1980, 1989, 1997; GIVÓN, 1984; HENGEVELD, 1997).

O que proponho é que, para a análise da gramática em uso, é particularmente revelador o exame do processo da GRAMATICALIZAÇÃO, que ilustra, à perfeição, a existência de processos acomodativos na vida da língua, os quais a mantêm viva e eficiente, e dos quais se destacam: (i) caráter não-discreto das categorias; (ii) fluidez semântica, com valorização do papel do contexto; (iii) gradualidade das mudanças e coexistência de etapas; (iv) regularização, idiomatização e convencionalização contínuas (NEVES, 2002a, p.176). Trata-se de um processo pelo qual itens e construções passam, em determinados contextos linguísticos, a servir a funções (mais) gramaticais, e, uma vez assim gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais (HOPPER; TRAUGOTT, 1993). Implicados nessa propriedade essencial do fenômeno estão processos como perda de complexidade semântico-lexical, de liberdade sintática e de substância fonética, com a contraparte de ganho em significação morfossintática. Prevê-se uma ordem cronológica de arranjo pela qual esses níveis da estrutura linguística são afetados pela GRAMATICALIZAÇÃO (HEINE; REH, 1984), mas a análise não necessariamente é diacrônica. Trata-se, antes, de um processo pancrônico, que, do ponto de vista cognitivo, é instantâneo, envolvendo um ato mental pelo qual uma relação de similaridade é reconhecida e explorada (GIVÓN, 1991). Pela natureza desse processo, relacionam-se nele, de modo exemplar, o USO e o SISTEMA.

### *Gramática e ação escolar: a configuração de decisões*

*Além de ensinar a língua nacional, desde as primeiras faixas etárias, a escola tem, durante esse longo tempo, destacado os valores qualitativos da língua, considerando-a digna de culto e justificando o aprimoramento do falar dos educandos; deve-se buscar uma linguagem que se mostre coerente com os padrões de nacionalismo, de polidez, de cultura, etc. (SOUZA, 2001, p.76)*

Por todas essas premissas, e centrada a atenção na atividade formativa escolar com a gramática da língua, fica aqui assentado que não é a homogeneidade que tem de ser buscada; pelo contrário, a heterogeneidade é constitutiva da linguagem, pois a língua é um sistema eminentemente variável, e isso é o que tem de ser mostrado no exercício de uma atividade reflexiva sobre a linguagem. Essa compreensão da heterogeneidade ajuda a ver que não são as tão perceptíveis diferenças de “sotaque” e de acionamento lexical que hão de justificar a postulação de uma cisão idiomática.

Também a partir daí, a perspectiva direcionadora da interface entre GRAMÁTICA e AÇÃO ESCOLAR que se escancara é a rejeição de moldes ideais ou supostos, sejam eles de desempenho, guiado por submissão estrita a normas lingüísticas consideradas legitimadas, sejam eles de organização de entidades metalingüísticas, guiada por submissão estrita a paradigmas fixos e estanques.

A complexidade de que se reveste esse empreendimento é evidente, especialmente porque estão sem resolução muitas questões que se ligam à própria inserção sociocultural das línguas naturais e, particularmente no Brasil – como, em geral, no Ocidente –, a uma forte consciência de que a escola é a entidade sociopolítica a que compete preparar o cidadão para um desempenho lingüístico de registro valorizado que lhe confira garantia de elevada qualificação social. E, na verdade, essa não é uma questão alheia à tarefa do lingüista (NEVES, 2006b).

Fica, afinal, assentado que a GRAMÁTICA da língua faz o arranjo da POÉTICA e dela recebe a inspiração dos arranjos. Ela determina a POLÍTICA (LINGÜÍSTICA) e está sempre naturalmente a seu serviço, condiciona-se pela sua própria história, mas condiciona a história da língua, depende da unidade da língua, mas garante essa unidade, fixando-se e emergindo ao mesmo tempo, a cada momento. E, afinal, a GRAMÁTICA é “transportada” à ESCOLA, e aí é que ela corre o risco de banalizar a POÉTICA, confundir a POLÍTICA LINGÜÍSTICA, violentar a história, fazendo a língua posar perigosamente e infertilmente de uma, imutável, pronta, acabada.

NEVES, M. H. M. Grammar and its interfaces. *Alfa*, São Paulo, v.51, n.1, p.81-98, 2007.

- *ABSTRACT: Based on the notion of grammar as calculation of meaning production, this paper discusses the interfaces established by the activation of a language grammar considered as a common asset of a community. The discussion departs from the interface between grammar and linguistic policy (configuration of territory, with focus on linguistic identity) to reach the interface between grammar and school action (configuration of decisions, with focus on the language usage). Involved in this trajectory are the interfaces between grammar and poetics (privileged experience), grammar and linguistic description (privileged reflection) and grammar and linguistic variation (pattern formation). The fact to be examined in this trajectory is the grammaticalization, which shows the relationship between linguistic functioning and grammar system.*
- *KEYWORDS: Grammar; linguistic policy; poetics; linguistic description; variation; school action.*

## Referências bibliográficas

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução do francês de Eni P. Orlandi. Campinas: EDUNICAMP, 1992.

BERRINI, B. O português do Brasil: heranças e invenções – 500 anos. In: *Língua portuguesa: uma visão em mosaico*. São Paulo: EDUC, 2002. p.33-42.

CAMACHO, R. G. O formal e o funcional na teoria variacionista. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Org.). *Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003. p.55-65.

CHIERCHIA, G. *Semântica*. Tradução de Luis Arthur Pagani, Lígia Negri e Rodolfo Ilari. Campinas: EDUNICAMP, 2003.

CRYSTAL, D. *A revolução da linguagem*. Tradução de Ricardo Quintana; consultoria de Yonne Leite. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

DIK, S. C. *Functional grammar*. Dorderecht: Foris, 1978.

\_\_\_\_\_. *Studies in functional grammar*. London: Academic Press, 1980.

\_\_\_\_\_. *The theory of functional grammar*. Dorderecht: Foris, 1989.

\_\_\_\_\_. *The theory of functional grammar*. 2. ed. Rev. by Kees Hengeveld. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997.

DU BOIS, J. W. Competing motivations. In: HAIMAN, J. (Ed.). *Iconicity in syntax*. Amsterdam: John Benjamins, 1985. p.343-365.

DU BOIS, J. W. *Discourse and the ecology of grammar: strategy, grammaticization, and the locus: Rice Symposium*. Santa Barbara: University of California, 1993.

FIORIN, J. L. A lusofonia como espaço lingüístico. In: BASTOS, N. (Org.). *Língua portuguesa: reflexões lusófonas*. São Paulo: Ed. PUC, 2006. p.25-48.

GIVÓN, T. *Syntax and semantics: discourse and syntax*. New York: Academic Press, 1979.

\_\_\_\_\_. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins, 1984.

\_\_\_\_\_. Serial verbs and the mental reality of “event”: grammatical vs. cognitive packaging. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (Ed.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991. v. 1. p.81-127.

\_\_\_\_\_. *Functionalism and grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

HALLIDAY, M. A. K. The functional basis of language. In: BERNSTEIN, B. (Ed.). *Class, codes and control*. London: Routledge and Kegan Paul, 1973. p.343-366.

\_\_\_\_\_. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1985.

\_\_\_\_\_; HASAN, H. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.

- HEINE, B.; REH, M. *Grammatical categories in African languages*. Hamburg: Helmut Buske, 1984.
- HENGEVELD, K. Cohesion in functional grammar. In: CONNOLLY, J. H. et al. (Ed.) *Discourse and pragmatics in functional grammar*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997. p.1-16.
- HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- HOUAISS, A. Língua e realidade social. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n.22. p.53-60, 1980.
- LABOV, W. The overestimation of functionalism. In: DIRVEN, R.; FRIED, V. (Ed.). *Functionalism in linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1987. p.311-332.
- LEÃO, A. V. Formação da língua literária brasileira: século XIX. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n.22. p.77-96, 1980.
- MACKENZIE, J. L. *What is functional grammar?* Comunicação apresentada no 20. Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes. Zurique, 1992.
- MATEUS, M. H. M. *A face exposta da língua portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2002a.
- \_\_\_\_\_. *Uma política de língua para o português*. Lisboa: Colibri, 2002b.
- MEILLET, A. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Champion, 1948.
- NASCENTES, A. *Estudos filológicos*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003.
- NEVES, M. H. M. O ensino da gramática. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, Lisboa, v.4, p.43-52, 1991.
- \_\_\_\_\_. Reflexões sobre o estudo da gramática nas escolas de primeiro e de segundo grau. *ALFA*, São Paulo, v.37, p.91-98, 1993.
- \_\_\_\_\_. A gramática e o usuário. *Estudos Lingüísticos*, v.23, p.7-17, 1994.
- \_\_\_\_\_. O ensino da gramática. *Linha D'Água*, São Paulo, v.10, p.9-17, 1996a.
- \_\_\_\_\_. Teorias sintáticas e análises gramaticais. *Estudos Lingüísticos*, Ribeirão Preto, v.25, p.53-62, 1996b.
- \_\_\_\_\_. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- \_\_\_\_\_. A gramática de usos é uma gramática funcional. *ALFA*, São Paulo, v.41, n.esp., p.1-25, 1998a.

- \_\_\_\_\_. A gramaticalização e a articulação de orações. *Estudos Lingüísticos*, São José do Rio Preto, v.27, p.46-56, 1998b.
- \_\_\_\_\_. Funcionalismo e descrição do português. *Veredas*, Juiz de Fora, p.69-75, 1998c.
- \_\_\_\_\_. Aspectos da gramaticalização em português. In: DUARTE, L. P. (Org.). *Para sempre em mim: homenagem a Ângela Vaz Leão*. Belo Horizonte: CESPUC, 1999a. p.221-233.
- \_\_\_\_\_. Discurso e gramática no funcionalismo. *Estudos Lingüísticos*, Bauru, v.28, p.30-40, 1999b.
- \_\_\_\_\_. Estudos funcionalistas no Brasil. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v.15, p.71-104, 1999c.
- \_\_\_\_\_. A modalidade: um estudo de base funcionalista na língua portuguesa. *Revista Portuguesa de Filologia*, Coimbra, v.23, p.97-123, 2000a.
- \_\_\_\_\_. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000b.
- \_\_\_\_\_. A gramática: conhecimento e ensino. In: AZEREDO, J. C. (Org.). *Língua portuguesa em debate: conhecimento e ensino*. Petrópolis: Vozes, 2000c. p.52-73.
- \_\_\_\_\_. Um tratamento funcionalista da articulação de orações. In: GÄRTNER, E.; HUNDT, C.; SCHÖNBERGER, A. (Ed.). *Estudos de gramática portuguesa (II)*. Frankfurt: TFM, 2000d. p.137-147.
- \_\_\_\_\_. A gramaticalização e a organização dos enunciados. *Scripta*, Belo Horizonte, v.5, n.9, p.13-22, 2001a.
- \_\_\_\_\_. Língua falada, língua escrita e ensino: reflexões em torno do tema. In: URBANO, H. et al. (Org.) *Dino Preti e seus temas: oralidade, literatura, mídia, ensino*. São Paulo: Cortez, 2001b. p.321-332.
- \_\_\_\_\_. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002a.
- \_\_\_\_\_. A gramática escolar no contexto do uso lingüístico. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v.10, n.2, p.233-253, 2002b.
- \_\_\_\_\_. A noção de erro no ensino da língua. In: GROßE, S.; SCHÖNBERGER, A. et al. (Org.). *Ex oriente lux: Festschrift für Eberhard Gärtner zu seinem 60 Geburtstag*. Frankfurt am Main: Valentia, 2002c. p.303-315.
- \_\_\_\_\_. O uso lingüístico e a noção de certo e de errado. *Lingüística 12*, São Paulo, p.175-184, 2000/2002 (2002d).
- \_\_\_\_\_. *Que gramática estudar na escola?: norma e uso na Língua Portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2003a.



\_\_\_\_\_. Subsídios teórico-metodológicos para o tratamento escolar da gramática. *Questões de Lingüística*, Passo Fundo, p.88-105, 2003b.

\_\_\_\_\_. Funcionalismo e lingüística do texto. *Revista do Gel*, Araraquara, v.1, p.71-89, 2004a.

\_\_\_\_\_. Uma introdução ao funcionalismo: proposições, escolas, temas e rumos. In: CHRISTIANO, M. E. A.; SILVA, C. R.; HORA, D. (Org.). *Funcionalismo e gramaticalização*: teoria, análise e ensino. João Pessoa: Idéia, 2004b. p.13-28.

\_\_\_\_\_. A tensão entre o uso lingüístico e a norma prescritiva: os reflexos no ensino escolar. In: Congresso Internacional da ALFAL, 13., 2003, San José. Actas... San José: Universidad de Costa Rica, 2005a, p. 1413-1420.

\_\_\_\_\_. Examinando os caminhos da disciplina Lingüística nos cursos de Letras: por onde se perdem suas lições na formação dos professores de português. *Revista do Gelne*, Universidade Federal do Ceará, v.3, n.2, p.23-26, 2005b.

\_\_\_\_\_. *Gramática na escola*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2005c.

\_\_\_\_\_. Para uma gramática escolar. In: BASTOS, N. B. (Org.). *Língua Portuguesa: reflexões lusófonas*. São Paulo: Ed. PUC, 2006a.

\_\_\_\_\_. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006b.

\_\_\_\_\_; ANDRADE, S. R. A norma lingüística em livros didáticos do português. *Estudos Lingüísticos*, v.30, p.1-7, 2001.

\_\_\_\_\_; BRAGA, M. L. Hipotaxe e gramaticalização. uma análise das construções de tempo e de condição. *D.E.L.T.A*, São Paulo, v.14, n.esp., p.191-208, 1998.

\_\_\_\_\_; JUNQUEIRA, R. S. O estatuto da linguagem n'Ó Marinheiro de Fernando Pessoa. *Revista Scripta*, Minas Gerais, v.7, p.183-201, 2004.

PICCHIA, M. del. *Poesias (1907-1946)*. São Paulo, Martins, 1958.

\_\_\_\_\_. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos 1-1820/1920: fontes para a teoria e a história*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos/ São Paulo: Ed. USP, 1978.

\_\_\_\_\_. Panorama: a definição da língua no Brasil. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n.22, p.27-34, 1980.

\_\_\_\_\_. *A gramatiquinha de Mário de Andrade: texto e contexto*. São Paulo: Duas Cidades, 1990.

PRIDEAUX, G. D. Processing strategies: a psycholinguistic neofunctionalism? In: DIRVEN, R.; FRIED, V. (Ed.). *Functionalism in linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1987. p.297-308.

SAPIR, E. *An introduction to the study of speech*. New York: Harcourt, 1921.

SOUZA, A. J. *Geografia lingüística: dominação e liberdade*. São Paulo: Contexto, 2001.

TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (Ed.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991.

ULMANN, S. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Tradução de J. A. Osório Mateus. 3.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1973.